

Fundo de Promoção e Financiamento das Energias Renováveis na CEDEAO (EREF) para áreas peri-urbanas e rurais

Execução da Linha de Acção 2 do Livro Branco sobre o Acesso à Energia da
CEDEAO/UEMOA e da Política de energias renováveis da CEDEAO (EREP)

CONCURSO PARA 2014



Guia de Apresentação e Enquadramento

Prazo para a submissão de propostas:
10 de agosto de 2014, 23:00, GMT

EREF é apoiado por:



Austrian
Development Cooperation



Secretariado do ECREEE

Achada Santo António, Edifício da Electra, 2º Andar

C.P. 288, Praia, Cabo Verde

Tel: +238 2604630, +238 2624608

E-mail: renfacility@ecreee.org

Web: www.ecreee.org



1 Introdução

O presente Guia fornece aos candidatos interessados, todas as informações necessárias a apresentação de Propostas para o Fundo de Promoção e Financiamento das Energias Renováveis na CEDEAO (EREF) para 2014.

2 Enquadramento

O segundo concurso consagrado ao Fundo de Promoção e Financiamento das Energias Renováveis da CEDEAO (EREF) foi lançado em Maio de 2014 e é administrado pelo Secretariado do Centro Regional da CEDEAO para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética (ECREEE), sediado na cidade da Praia, Cabo Verde. O segundo concurso do EREF concede co-financiamento para instalação e estabelecimento de um sistema de gestão, operação e manutenção de mini-redes alimentadas por energias renováveis em zonas rurais e peri-urbanas.

O segundo concurso do EREF é apoiado pelo Ministério Federal da Agricultura, Florestas, Ambiente e Recursos Hídricos da Áustria, pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID) e Agência Austríaca para o Desenvolvimento (ADA). Os fundos disponíveis são de um (1) milhão de euros. **O Fundo está aberto para outros parceiros financeiros internacionais e está à procura de um apoio adicional para futuros concursos.** Uma descrição detalhada do contexto do fundo pode ser encontrada no documento do projecto EREF. O EREF enquadra-se no Plano de Actividades anual do ECREEE e está plenamente integrado na sua estrutura administrativa.

O primeiro concurso do EREF foi lançado em 2011 e foi apoiado pela ADA, AECID e ONUDI. Quarenta e um projetos foram selecionados e 29 se encontram, atualmente, em fase de implementação.

2.1 O que é o EREF

O EREF é um fundo de capital administrado pelo secretariado do ECREEE (SEC-ECREEE), em coordenação com as suas Instituições Focais Nacionais (IFN). O fundo oferece subsídios não reembolsáveis através de concursos competitivos lançados regularmente. No decorrer da primeira fase de funcionamento (2011 a 2015), o EREF irá testar e aprimorar a sua política de financiamento e

encontrar as vantagens comparativas no mercado Oeste Africano. Na segunda fase (2015 a 2020), irá alargar o seu portfólio de instrumentos financeiros e os regimes de apoio (por exemplo, micro-créditos).

2.2 Relevância do EREF

Com o Fundo, ECREEE pretende contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU (ODM), do objetivo de Acesso Universal à Energia Limpa até 2030 e dos acordos internacionais para reduzir as emissões de GEE para manter o aumento da temperatura média global abaixo de dois graus Celsius. O Fundo pode também ser visto como uma contribuição da iniciativa da CEDEAO no sector da Energia Sustentável para Todos.

O EREF enquadra-se perfeitamente nos objectivos e plano de acção do Livro Branco sobre o Acesso à Energia em Áreas Peri-urbanas e Rurais da CEDEAO / UEMOA. O documento político prevê que pelo menos 20% dos novos investimentos na produção de eletricidade em áreas rurais e peri-urbanas devem ser provenientes de fontes renováveis. A linha de acção 2 sobre a promoção de investimento prevê a criação de um fundo de investimento e de inovação das ER&EE, o qual devesse mobilizar fundos para pelo menos 200 projectos demonstrativos e para apoiar fabricantes locais e empresas de prestação de serviços. EREF contribui também para o Resultado 7 do Plano de Negócios do ECREEE que visa a promoção de negócios e investimentos no sector, assim como para o objectivo da política da CEDEAO em matéria de energias renováveis por forma a aumentar o acesso à energia até 2020.

O EREF responde à necessidade urgente de investimentos adicionais em ER&EE nas áreas peri-urbanas e rurais da África Ocidental, à falta de instrumentos de financiamento nacionais e ao reduzido apoio dos doadores internacionais. A maioria dos financiamentos disponíveis a nível internacional, não está focada exclusivamente para as energia limpa, muito menos para soluções de pequenas e médias dimensão para áreas rurais e peri-urbanas.

A proposta do EREF está em linha com a Declaração de Paris sobre a Eficácia das Ajudas, que apela para o reforço da participação das capacidades locais e o aumento da utilização dos sistemas locais na implementação dos programas de ajuda ao desenvolvimento. O ECREEE tem o mandato oficial da CEDEAO e uma vantagem comparativa na área das ER&EE na África



Ocidental. A experiência acumulada ao longo da gestão do EREF irá reforçar as capacidades do Secretariado do ECREEE, e criar sinergias para os planos de actividades anuais do Centro. As melhores práticas e lições aprendidas dos projectos executados pelo EREF, serão divulgadas através da rede do ECREEE e do Observatório da CEDEAO para as Energias Renováveis e Eficiência Energética (ECOWREX). Na segunda fase, as experiências e lições aprendidas através do EREF serão transferidas para os países da CEDEAO, os quais deverão implementar mecanismos nacionais de financiamento.

O Fundo cria uma situação em que todos ganham e abre oportunidades para a transferência de tecnologia e de conhecimento Norte-Sul e Sul-Sul. Fóruns regulares sobre os diferentes aspectos, serviços e tecnologias das ER&EE irão criar um ambiente facilitador de negócios e uma plataforma de cooperação entre empresas e instituições tecnológicas de outros continentes e seus correspondentes da África Ocidental. O EREF também está em linha com os objetivos da Parceria África-UE sobre Energia (AEEP) e com as atividades prioritárias do Programa da Cooperação das Energias Renováveis da África-UE.

2.3 Objetivos, Resultados e Beneficiários do EREF

O **objetivo geral** do Fundo é o de contribuir para o desenvolvimento sustentável nas zonas rurais e peri-urbanas da África Ocidental, através de uma maior implantação e utilização de tecnologias e serviços confiáveis e acessíveis das ER&EE. O **objetivo específico** do EREF é criar um ambiente favorável ao investimento e aos negócios que leve à rápida implantação e utilização de tecnologias e serviços em ER&EE nas áreas peri-urbanas e rurais da África Ocidental.

As atividades do EREF irão **resultar na mitigação das barreiras financeiras** existentes para o desenvolvimento e execução de pequenos e médios investimentos e negócios em ER&EE. As capacidades, os conhecimentos e habilidades de acesso aos mercados das empresas locais de tecnologias e serviços em ER&EE serão melhoradas. Redes de relação, troca de

conhecimento e sensibilização sobre as oportunidades de negócios em ER&EE nas áreas peri-urbanas e rurais, serão facilitadas.

Os **Beneficiários Directos** do EREF são os promotores de projectos, empresas e instituições diretamente envolvidas na execução dos projectos financiados pelo EREF. Os **Beneficiários Finais** são os utilizadores finais da energia, especialmente nas zonas peri-urbanas e rurais, beneficiando de serviços energéticos modernos, confiáveis e acessíveis e, finalmente também, a comunidade global através da redução das emissões de GEE.

2.4 Estrutura Administrativa do EREF

O EREF é administrado pelo Secretariado do ECREEE e dirigido pelo Conselho Executivo do ECREEE (CE) e por uma Comissão Especial de Avaliação (CA). Informações detalhadas sobre a estrutura administrativa podem ser encontradas no documento de projecto do EREF.

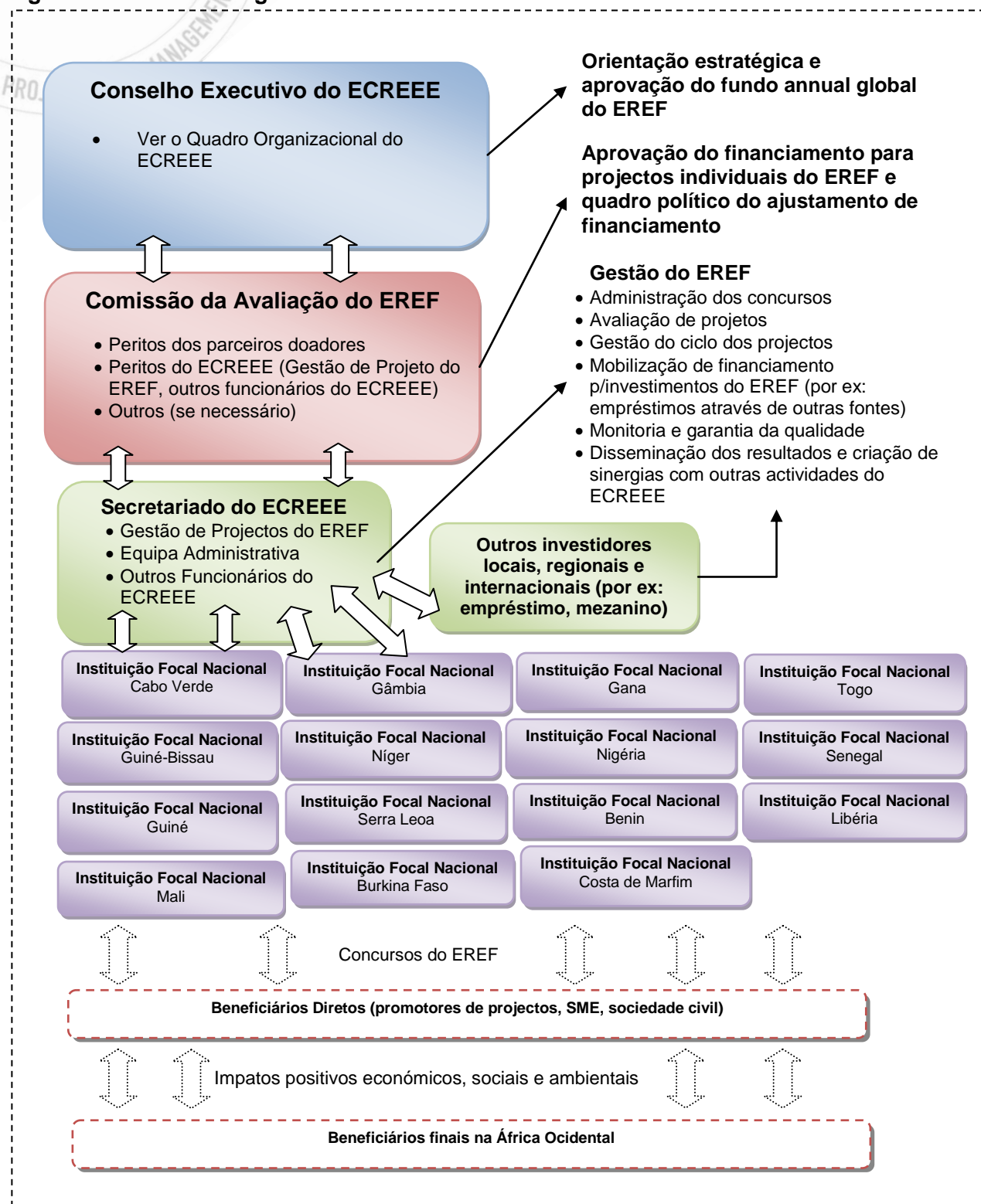
O **Conselho Executivo (CE)** do ECREEE fornece orientação estratégica, aprova o orçamento anual global para o EREF e garante sinergias com outras atividades do ECREEE. Os fundos liberados para o EREF são objecto de aprovação pelo Conselho Executivo e fazem parte dos planos de actividade anuais do ECREEE. O Conselho Executivo do ECREEE reúne-se anualmente. Mais informações sobre a composição e estrutura do Conselho podem ser encontradas na brochura do ECREEE.

A **Comissão de Avaliação (CA)** do ECREEE reúne-se normalmente, após o segundo estágio do processo de concurso para o EREF. A Comissão aprova a concessão de financiamento para os projectos individuais do EREF, com base nas recomendações da equipa de gestão de projectos do EREF, e ajusta a política de financiamento para o próximo concurso.

A **equipa especializada de gestão de projectos** do EREF está sediada no Secretariado do ECREEE na Praia, Cabo Verde. O ECREEE, em cooperação com as Instituições Focais Nacionais (IFN), é responsável pela gestão e administração contínua dos ciclos de projecto do EREF.



Figura 1.1 Estrutura Organizacional do EREF





3 Critérios Gerais de Elegibilidade para o Concurso 2014

As secções seguintes descrevem a política de financiamento do EREF. As propostas de projectos submetidas ao Concurso 2014 devem estar em consonância com os critérios de elegibilidade relativa a localização geográfica e técnica, bem como ao tipo de atividade. Projectos fora deste âmbito serão rejeitados.

3.1 Localização Geográfica Elegível:

Propostas de projectos com a localização geográfica seguinte são elegíveis:

- Projectos de países da CEDEAO: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo;
- Projectos regionais da CEDEAO: Projectos executados em mais de um país ou com impactos positivos a nível regional têm prioridade. O EREF pode apoiar projectos regionais nos países vizinhos, se pelo menos um país da CEDEAO estiver envolvido.
- O EREF está focalizado prioritariamente mas não exclusivamente em projectos localizados áreas peri-urbanas e rurais. Projectos propostos para áreas urbanas devem demonstrar a sua relevância para as áreas rurais e peri-urbanas.

Países Elegíveis	Candidatos Elegíveis	Soluções Técnicas Elegíveis
<ul style="list-style-type: none"> • Benin • Burkina Faso • Cabo Verde • Costa do Marfim • Gâmbia • Gana • Guiné • Guiné-Bissau • Libéria • Mali • Níger • Nigéria • Senegal • Serra Leoa • Togo • Regional (<i>abrange mais do um país constante da lista acima</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições Governamentais (ministérios, agências de eletrificação, autarquias) • Empresas privadas, públicas ou público-privadas (por ex, SMEs, ESCOs, serviços) • Promotores de projectos (empresa registrada) • Universidades, escolas, centros de pesquisa • ONGs e cooperativas 	<p><u>Energias Renováveis:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Biomassa • Biocombustíveis • Biogas • Gaseificação • Energia a partir de resíduos • Energia Hidroelétrica • PV • Energia Eólica • Híbridos

3.2 Candidatos Elegíveis

As propostas podem ser apresentadas por um candidato ou por um grupo de sócios liderado por um candidato principal. O ECREEE assinará o Contrato de Financiamento para Projectos Co-financiados apenas com o candidato principal (parte contratante). Os candidatos principais e seus parceiros que beneficiam directamente do financiamento do EREF e que estão envolvidos na execução do projecto são denominados "Beneficiários Directos". Os consumidores das

áreas rurais e peri-urbanas que beneficiam de um melhor acesso aos serviços de energia seguros e económicos, são os "Beneficiários Finais" dos projectos EREF. Os candidatos seguintes são elegíveis para apresentar propostas de projectos:

- Empresas privadas ou público-privadas (por ex, PME, ESCO), e promotores de projectos, instituições governamentais (por ex, ministérios, agências reguladoras, serviços, agências de eletrificação rural), autarquias, universidades, centros de pesquisa, ONGs, organizações de base ou cooperativas.



- Organizações multilaterais e agências bilaterais de desenvolvimento e dos fundos fiduciários não são elegíveis, mas podem ser sócios ou co-financiadores de projectos propostos;
- **Candidatos que não tenham nacionalidade ou estatuto legal da CEDEAO, devem ter um parceiro da África Ocidental** e têm que demonstrar o valor acrescentado gerado localmente (por ex, através da criação de emprego, da transferência de tecnologia e de know-how e através de atividades sustentadas de reforço das capacidades); candidatos internacionais com uma filial local na África Ocidental têm que provar que eles empregam agentes locais na execução do projecto;

Os candidatos devem cumprir os requisitos mínimos descritos abaixo. Os documentos mencionados devem ser apresentados o mais tardar, conjuntamente com a proposta completa do projecto. Esses critérios podem ser considerados como critérios eliminatórios:

- Mínimo de 5 anos de existência e experiência do candidato (principal) na área. A secção relevante no modelo de proposta de projecto deve ser preenchida. Particularmente o peso dos CVs dos peritos que irão trabalhar no projecto será considerado. O candidato deverá fornecer os currículos da equipa do projecto e o perfil da empresa / organização.
- Os candidatos deverão ter experiência na implementação de projectos semelhantes na África Subsahariana ou noutros países em desenvolvimento.
- O candidato deve estar registado como uma Entidade Legal, autorizada a celebrar contratos para fornecimento de bens e serviços. Propostas de indivíduos não serão considerados. Como prova, o candidato deverá fornecer uma cópia autenticada do Certificado de Registo Comercial ou outro documento que defina a sua base jurídica.
- Os candidatos devem apresentar uma cópia dos certificados relevantes, autorizações e normas de qualidade caso for necessário que lhes habilitam executar os serviços / trabalhos; incluir padrões de qualidade, se aplicável;
- Os candidatos têm de concordar com os termos e condições do Contrato de Financiamento para Projectos Co-financiados

pelo ECREEE; as directrizes de visibilidade para os projectos co-financiados pelo ECREEE devem ser aplicadas.

- No caso de um adiantamento inicial, o candidato apresentará uma garantia bancária que cubra o valor do adiantamento. O período de validade da garantia corresponde ao período efectivo do projecto.
- Uma cópia auditada do mais recente Relatório de Contas será fornecida. As empresas devem atender aos seguintes critérios financeiros:
 - Margem de Lucro ou Retorno sobre Activos superiores a 1%
 - Solvabilidade (rácio entre o activo corrente para o passivo corrente) superior a 1.
 - Volume de negócios anual nos últimos 3 anos (ou por qualquer período de tempo em que o concorrente tenha estado activo, caso ainda não tenha atingido os 3 anos) deve ser pelo menos quatro vezes superior ao valor previsto para o contrato.
 - O impacto de eventuais reclamações pendentes, de arbitragem e outras acções legais pendentes, não deve exceder 50% do total da oferta.

3.3 Projetos eTecnologias Elegíveis

O segundo concurso do EREF concede co-financiamento para instalação e estabelecimento de um sistema de gestão, operação e manutenção de mini-redes alimentadas por energias renováveis (incluindo os sistemas híbridos), para zonas rurais e peri-urbanas.

As mini-redes alimentadas por energias renováveis são definidas no âmbito do presente concurso como um sistema de produção combinando dois (ou mais) de fontes de energia, operado conjuntamente, sendo pelo menos um renovável, incluindo (mas não necessariamente), uma unidade de armazenamento e ligada a uma rede de distribuição AC.

Cada proposta terá de fornecer eletricidade a preços acessíveis para pelo menos 100 famílias. As propostas que incluam mais do que uma mini-rede são elegíveis.

Um mínimo de 60% da eletricidade tem de ser produzida a partir de fontes renováveis de energia, numa base média anual e o sistema tem de ser concebido para permitir a instalação de uma



capacidade adicional de produção de energia renovável para uma futura expansão do sistema, bem como a ligação à rede principal, caso essa possibilidade for previsível a médio prazo. Apenas em casos excecionais um número menor de famílias ou menor contribuição das energias renováveis poderá ser considerada, mas precisam ser fortemente justificados pelo requerente.

A hibridização, a instalação de um gerador de energia renovável numa mini-rede existente alimentada por combustíveis fósseis, é elegível se o resultado for, no mínimo, 60% da eletricidade produzida a partir de fontes renováveis de energia em média anual: o requerente terá que explicar por que é que esta é a melhor solução.

A expansão da capacidade de produção de energias renováveis e / ou a extensão da rede de distribuição local AC de uma mini-rede existente é elegível caso o resultado for um aumento significativo no número de usuários conectados à rede e um mínimo de 60% de eletricidade for produzida a partir de fontes renováveis de energia numa média anual: o requerente terá de explicar por que esta é a melhor solução para facilitar o acesso aos serviços de energia elétrica

Qualquer instalação de sistemas de energias renováveis alimentados por mini-redes deve ser acompanhada do estabelecimento de um sistema de gestão, operação e manutenção sustentável que garanta o funcionamento sustentável das mini-redes, cobrindo todos os custos associados (gestão, operação, manutenção e substituição de equipamentos).

No caso de mini-redes já existentes alimentadas por energias renováveis (incluindo os sistemas híbridos em que um mínimo de 60% da eletricidade é produzida a partir de fontes renováveis de energia em média anual), sem um sistema de gestão, operação e manutenção sustentável, um projeto para reforçar ou estabelecer esse sistema, em caso de ausência, é elegível.

As mini-redes devem idealmente disponibilizar aos usuários finais serviços de electricidade 24 horas por dia, 7 dias por semana: os serviços de energia elétrica inferiores têm de ser justificados pelo requerente.

A integração de sistemas de armazenamento com bateria para aumentar a penetração das energias renováveis e fornecer serviços de energia elétrica durante a noite é permitida: o candidato terá de explicar como a gestão das baterias em fim de vida será feita.

As propostas têm de demonstrar que os projetos são desenvolvidos em conformidade com a legislação local, nacional e regional, e que não existem planos para conectar os beneficiários-alvo à rede elétrica principal nos próximos anos.

A produção de electricidade através das mini-redes, os equipamentos de armazenamento e distribuição, devem ser certificados de acordo com os padrões internacionais¹, assim como as garantias de desempenho devem ser fornecidas. As instalações devem ser feitas de acordo com os regulamentos relevantes a nível local, nacional e regional.

O pagamento de despesas correntes de gestão, operação e manutenção das mini-redes não são elegíveis.

Os projectos que integrem a abordagem de gênero e que promovem a eficiência energética e a capacitação para os usuários locais e que tenham um impacto positivo sobre o desenvolvimento local, incentivando ativamente o uso produtivo de energia elétrica (por exemplo, sistemas de bombagem para irrigação, pós-colheita, etc), especialmente trabalhando nas inter-ligações entre a segurança energética, alimentar e de água (nexo de água-energia-alimentos) e promovendo o acesso a serviços básicos ou seja, saúde, educação, são melhor avaliados no processo de avaliação.

Os projetos devem ter uma duração máxima de 24 meses.

3.4 Atividades Elegíveis: Janelas de Financiamento do EREF

As propostas de projectos submetidas ao Concurso do EREF 2014 devem enquadrar-se no âmbito da Janela de Financiamento 1 - Promoção do Investimento. Propostas fora deste âmbito de aplicação serão rejeitadas durante a avaliação.

¹ Painéis solares (IEC 61215, IEC 61646), controladores de carga (IEC 62509, IEC 62109, IEC 62093, IEC CISPR 11:1990, IEC 61000-4:1995, PV GAP, PVR6A), Inversores (IEC 61683, IEC 62109, IEC 62093, IEC CISPR 11:1990, IEC 61000-4:1995, PV GAP, PVR6A), Turbinas eólicas de pequeno porte (IEC 61400- 2, IEC 61400- 11, IEC 61400- 12), Turbinas e geradores (IEC-34-1, IEC 60034 – 1: 1983, IEC 61362, IEC 61366-1: 1998, IEC 61116-1992, IS: 4722-2001, IS 12800 (part 3) 1991, IEC 6030)



3.4.1 Janela de Financiamento 1: Promoção do Investimento

Esta janela de financiamento apoia actividades de promoção do investimento para pequenas e médias empresas com projectos relacionados às ER&EE nas zonas peri-urbanas e rurais. O EREF (...)

- Co-financia a instalação e o estabelecimento de um sistema de gestão, operação e manutenção para mini-redes alimentadas por energias renováveis em comunidades rurais e periurbanas, com potencial de replicação a nível regional na África Ocidental. O projecto deve particularmente ter como publico alvo, comunidades carentes e instituições sociais importantes (por ex, clínicas, postos de saúde, escolas). e promover usos produtivos

4 Condições de Concurso para o EREF

4.1 Línguas de trabalho:

As propostas devem ser apresentadas numa das três línguas oficiais da CEDEAO (Inglês, Francês, Português).

4.2 Número máximo de propostas:

Para cada concurso do EREF é permitido a cada concorrente a submissão de duas propostas e a participação em duas propostas como parceiro de implementação.

4.3 Duração máxima dos projectos:

Os projectos do EREF serão executados durante um período máximo de 24 meses.

4.4 Montante da Concessão do EREF:

- Os candidatos e seus parceiros devem notar que os financiamentos concedidos pelo EREF são de natureza não comercial. **Os financiamentos concedidos não poderão, em circunstâncias alguma, resultar em lucro para os candidatos e parceiros durante a execução do projecto**, e devem ser limitados ao montante necessário para equilibrar as receitas e despesas para as actividades do projecto. Os lucros são considerados como receitas adicionais sobre as despesas efectuadas pelo beneficiário e serão descontados aquando da solicitação para o pagamento final. Participação em condições comerciais na execução de

projectos no âmbito do EREF é restrita a empresas subcontratadas.

- **Contribuições de co-financiamento por parte dos candidatos e parceiros são um requisito fundamental** para a elegibilidade do financiamento do EREF, sendo considerado um indicador de compromisso, de propriedade e de sustentabilidade do projecto. O EREF disponibiliza financiamentos não-reembolsáveis para complementar o co-financiamento disponível para ajudar os projectos a alcançar um nível de equilíbrio. O co-financiamento será documentado pelos candidatos, com acordos de parceria assinados, cartas de compromisso e / ou cartas de co-financiamento.
- **O segundo Concurso do EREF prevê um Montante de Financiamento no valor máximo de 200.000 euros e um mínimo de 50.000 euros por projecto** (pode ser superior somente em casos excepcionais). O montante poderá ser superior em futuros concursos, caso existam fundos suficientes.
- **O Montante do Financiamento do EREF é determinado de forma individual, sendo analisado projecto por projecto, não devendo ultrapassar 50% do total dos custos directos elegíveis do projecto. O financiamento não será inferior a 25% dos custos directos elegíveis totais do projecto.** Os candidatos justificarão a necessidade do montante da concessão e o valor acrescentado ao projecto (ver secção relevante no modelo de proposta de projecto). Os projectos que mobilizam mais co-financiamentos através de outras fontes e / ou promovam a inovação mediante a mobilização de fundos não subvencionados para a execução do projeto, são melhor classificados no processo de avaliação.

4.4.1 Custos elegíveis

O candidato deve **apresentar um orçamento realista e eficiente, referente aos custos globais do projecto para o qual o EREF contribui** (total dos custos elegíveis do projecto). O candidato deve sugerir actividades específicas a serem co-financiadas pelo EREF que podem ser facilmente separadas e identificadas. Só os "custos elegíveis" podem ser tidos em conta para o Financiamento do EREF. As categorias dos custos elegíveis e não elegíveis estão indicadas na folha excel do orçamento (pode-se aceder através do site). Os



custos elegíveis no Financiamento do EREF devem ser incluídos na folha do orçamento:

- De notar que os custos elegíveis devem basear-se nos custos reais e com base em documentos (excepto para custos de subsistência e custos indirectos).
- Os **custos indirectos** (despesas administrativas) incorridos com a realização da acção podem ser elegíveis para financiamento a taxa fixa, **no máximo de 10% do total dos custos directos elegíveis** (montante total do Financiamento do EREF). Tais custos devem ser incluídos no orçamento.
- As contribuições em espécies não são consideradas como despesas reais, nem como custos elegíveis e não podem ser consideradas como co-financiamento. O custo do pessoal afecto ao projecto não é uma contribuição em espécies e pode ser tratado como co-financiamento no orçamento.
- As taxas propostas para as despesas do pessoal devem estar em consonância com as taxas do mercado local e internacional. As despesas com viagens são elegíveis e devem ser incluídas no orçamento. Somente voos na classe económica são elegíveis para financiamento do EREF. A proposta de ajuda de custo diário para viagens, deve estar em consonância com as práticas locais e internacionais e com as condições do Sistema de Ajudas de Custo Diário da CEDEAO.

4.4.2 Custos não elegíveis:

Os seguintes custos não são elegíveis:

- Propostas concernentes exclusiva ao parcialmente ao financiamento da participação individual em workshops, visitas de estudo, seminários e conferências;
- bolsas de estudos ou de formação; essas actividades podem fazer parte de uma proposta de projecto somente se forem parte integrante de um processo maior e consomem apenas uma parte limitada dos recursos do projecto.
- EREF não fornece suporte para a elaboração de propostas para o EREF;
- dívidas e as provisões para perdas ou dívidas; juros devidos; perdas cambiais;
- Itens já financiados num outro contexto;
- compra de terrenos ou de edifícios, excepto quando necessários para a execução directa da acção. Neste caso, a propriedade deve ser transferida para os beneficiários finais e / ou parceiros locais, o mais tardar até ao final da acção
- impostos, incluindo o IVA, excepto se o beneficiário (ou parceiros do beneficiário) não os pode recuperar e o regulamento aplicável não proíbe a cobertura de taxas.
- As despesas associadas à aquisição de geradores de energia a partir de combustíveis fósseis.

5 Apresentação de Propostas e Processo de Selecção

O Concurso 2014 do EREF tem as seguintes actividades marcantes:

Actividades marcantes do Concurso 2014 (pode ser modificado)	De	Para
Ajustamentos da política de financiamento do EREF e Anuncio de Concurso	Feito	Feito
Preparação e Submissão da proposta do EREF (10 semanas)	31/05/2014	10/08/2014
Promoção e informação das actividades do ECREEE e suas IFN	31/05/2014	10/08/2014
Confirmação da recepção das propostas pelo ECREEE	31/05/2014	10/08/2014
Avaliação e verificação administrativa das propostas pelo ECREEE & IFN	10/08/2014	30/09/2014



Aprovação pela Comissão de Avaliação do EREF	01/10/2014	31/10/2014
Notificação da adjudicação do contrato (carta de adjudicação, recusa, lista de espera) e assinatura do contrato de subvenção do ECREE	01/11/2014	31/11/2014
Implementação, monitoramento e avaliação	01/12/2014	30/11/2016

5.1 O Processo de candidatura

As candidaturas são apresentadas de acordo com os modelos e formulários preparados pelo EREF, documentos que podem ser acedidos via electrónica a partir do site do EREF <http://www.ecreee.org/page/eref2> (p.ex., modelo de proposta de projecto, plano de cálculo de orçamento, formulário para as partes interessadas). Os candidatos devem verificar regularmente se há atualizações durante o processo de candidatura.

As Propostas consistirão nos seguintes documentos e deverão ser enviadas em cópia impressa e online para o Secretariado do ECREEE :

1. *Proposta Final devidamente assinada, incluindo anexos (decomposição do orçamento em excel, quadro lógico, prazo, e fotos do local do projecto, se possível)*
2. *Acordos de Parceria, cartas de engajamento e/ou de financiamento devidamente assinados;*
3. *Cópia do Certificado de Registo Comercial ou documento de registo oficial dos candidatos*

4. *Cópia dos certificados relevantes, autorizações e normas de qualidade do concorrente*
5. *Currículos da equipa de projecto do Concorrente e dos parceiros*
6. *Cópia do último Relatório e Contas do Concorrente, devidamente auditada*

O Documento Final (incluindo toda a documentação) em original e uma cópia, será fechado num envelope selado e carimbado. O envelope trará o título "Concurso EREF 2014. Se não for possível submeter a proposta online, o envelope deverá conter um CD com todos os arquivos eletrónicos.

O Documento Final deve ser enviado por correio registado, por serviço de correio privado ou entregues em mãos, o mais tardar até 10 de agosto de 2014 (data do envio do documento, confirmada pelo carimbo dos correios). Os envelopes entregues por mão serão recebidos o mais tardar até às 16h00 hora de Cabo Verde.

Contactos para Submissão de Propostas para o EREF

As candidaturas online devem ser submetidas no sítio do EREF em: <http://www.ecreee.org/page/eref2>

Secretariado do ECREEE	Achada Santo Antonio, C.P. 288, Praia, Santiago, Cabo Verde
-------------------------------	---

(Para informações mais detalhadas dos contactos das IFN podem ser encontradas em: www.ecreee.org)

5.2 Avaliação e Aprovação de Projectos

ECREEE avalia as propostas completas, em cooperação com as suas Instituições Focais Nacionais (IFN), situados em todos os países da CEDEAO e de acordo com os critérios estabelecidos e explicados em cada uma das secções dos modelos de projecto propostos (ver

descrições). A avaliação técnica pode sugerir modificações na ideia do projecto proposto, no plano de actividades, no modelo de gestão ou no orçamento. A equipa de avaliação do EREF tentara manter um equilíbrio entre os países e as tecnologias.



A primeira etapa do processo de avaliação é verificar a elegibilidade do projeto proposto e as seguintes propostas serão rejeitadas de imediato:

- Propostas incompletas, não assinadas ou apresentadas após o prazo de inscrição
- Propostas apresentadas por indivíduos
- Propostas que requerem financiamento significativamente maior do que o limite máximo
- Aplicações que não satisfaçam os critérios de elegibilidade estabelecidos no capítulo 3 das presentes orientações "Critérios Gerais de Elegibilidade para o concurso 2014"

As propostas completas que são consideradas elegíveis, entrarão , então na segunda etapa do processo de avaliação e serão escalonadas conforme a pontuação, sendo submetidas ao Comité de Avaliação do EREF (CE) para aprovação. O Comité de Avaliação aprovará as propostas de projectos e os respectivos montantes de financiamento.

As propostas serão avaliadas de acordo com os seguintes critérios, na segunda etapa do processo de avaliação:

- Relevância do Projecto (máx. 20 pontos)
- Impacto do Projeto (máx. 20 pontos)
- Eficácia do Projeto (máx. 20 pontos)
- Viabilidade e Eficiência do projecto (máx. 20 pontos)
- Sustentabilidade (máx. 20 pontos)

Para que o projeto possa ser contemplado, tem de marcar um mínimo de 10 pontos em cada um dos critérios acima mencionados.

Os seguintes critérios detalhados serão utilizados:

- Relevância do Projeto (max. 20 pontos): O projeto
 - aborda os principais desafios na área da energia e do desenvolvimento nos países / regiões – específicos e para os beneficiários do projeto (5)
 - é relevante para a população em áreas peri-urbanas e rurais (5)
 - é relevante para as janelas de financiamento do EREF e ECREEE (5)
 - Agrega o valor acrescentado, considera sinergias com outros projectos em curso , evita a duplicação de atividades (5)
- Impacto do Projeto (max. 20 pontos): O projeto
 - Atende às necessidades dos grupos-alvo e dos beneficiários finais, que serão beneficiados pelo projeto durante a

implementação e numa visão a longo prazo (5)

- Causa um impacto positivo no desenvolvimento local, incentivando ativamente o uso produtivo de energia elétrica (por exemplo, de bombagem para irrigação, pós-colheita, etc), particularmente trabalhando nas interligações entre a segurança energética, alimentar e de água (nexo de água, energia, alimentos) e promovendo o acesso a serviços básicos ou seja, saúde, educação (5)
- Demonstra um efeito multiplicador elevado e com bom potencial para replicação na região da CEDEAO, ampliando, conduzindo a investimentos ou à implementação em grande escala das tecnologias. (5)
- Promove a inovação, principalmente a partir da mobilização de recursos não-subsencionados para a execução do projeto (5)

- Eficácia do Projeto (max. 20 pontos) : O projeto
 - Mostra que a estratégia mais promissora , viável e de baixo custo foi selecionada para atingir o objectivo / impacto global (com e sem o cenário do projeto). A solução proposta é a melhor alternativa em relação às outras (por exemplo, extensão de rede, mini-redes a gásóleo, sistemas autónomos...). As análises técnicas, económicas e financeiras demonstraram que foi escolhida a melhor alternativa tecnológica. (5)
 - Demonstra que a subvenção do EREF se justifica, faz a diferença e que o projeto não teria sido realizado sem este apoio. O programa / projeto não pode ser totalmente financiado através de empréstimos ou de micro-créditos. A dimensão do elemento de «subsídio» do EREF (subvenção) foi bem determinado de acordo com os recursos disponíveis dos parceiros do projecto e / ou dos outros co-financiadores e que o projeto não tem subsídios a mais (5).
 - Possui um co-financiamento importante e a contribuição do EREF é a mais baixa possível (5)
 - É rentável em relação ao número de beneficiários a serem atingidos e à promoção de Energias Renováveis (5)
- Viabilidade e Eficiência do Projeto (max. 20 pontos) : O projeto
 - Demonstra a viabilidade e a eficiência do método de implementação sugerido. Objectivos e estratégias de implementação realistas e alcançáveis são escolhidos. As



actividades propostas são pertinentes, práticas e coerentes com os objectivos específicos e os resultados esperados do projeto (4)

- Define claramente o papel dos vários actores e intervenientes (requerentes, (parceiros locais, grupos-alvo, autoridades locais, etc), o seu valor acrescentado e a justificação das razões pelas quais estes papéis foram-lhes atribuídos (2)
- É tecnicamente viável e eficiente: (5)
 - O projeto baseia-se na demonstração de uma tecnologia confiável, ou reproduz um modelo ou tecnologia que possibilitam o fornecimento de serviços comprovados de energia. A solução está adaptada para os requisitos locais
 - Os recursos energéticos e matérias-primas foram avaliados, estão disponíveis localmente numa visão de longo prazo e a custos acessíveis.
 - Aproveita-se de capacidades locais durante a implantação do projeto
 - Para a tecnologia a componente de importação é tão pequena quanto possível
 - A solução leva em consideração a situação individual e as características do sistema energético do específico país e / ou região , em vez de replicar conceitos importados
 - A tecnologia seleccionada será aceite pela população e poderá ser adaptada ao contexto específico do país. O projeto prevê uma configuração adequada para a operação (técnica, gestão, financeira).
 - Os riscos técnicos são claramente definidos e medidas adequadas de mitigação são propostas (ver secção dedicada à avaliação do risco)
 - A análise sobre o custo nivelado de Eletricidade (LCOE) demonstrou que, em uma perspectiva de ciclo de vida, a solução proposta é a mais sustentável.
 - O projeto promove a poupança de energia e da eficiência energética
- É financeiramente viável. A viabilidade financeira do projeto é exibida claramente na repartição orçamental em 3.1 e o orçamento da folha Excel no anexo 3. A estrutura do projeto garante a execução eficiente e eficaz em termos de custos. O co-financiamento é garantido. Os acordos de parceria assinados, cartas de compromisso e / ou cartas de oferta de financiamento, confirmando as contribuições de cada parceiro para o projeto e de acordo com a repartição orçamental estão em anexo à proposta (Anexo 5). A

estimativa orçamental é considerada razoável. Os custos administrativos devem ser razoáveis em relação ao orçamento global do projeto (máx. 10%). (3)

- Mostra que o requerente e os seus parceiros possuem capacidade de gestão suficiente e fontes de financiamento estáveis para a implementação do projeto: A adequação de pessoal (número, qualificações e experiências), adequação do sistema de gestão e controlo de informação. O requerente e os seus parceiros devem ter experiência com projetos de carácter semelhante na África Ocidental e em outros países em desenvolvimento (4)
 - Inclui um sistema de acompanhamento e avaliação com base, se possível, em práticas internacionalmente reconhecidas de M & E. Os principais riscos de implementação estão definidos e propõem-se medidas de mitigação. As lições -chave retiradas de outras acções anteriores ou em curso comparáveis estão explicitamente analisados e incorporados. (2)
- **Sustentabilidade (máx. 20 pontos) :**
- A propriedade do projeto está bem definida pelos grupo (s)-alvo e parceiros do projeto. O projeto é movido pelas necessidades da população e não pela tecnologia ou pelos doadores (2)
 - Todos os potenciais utilizadores têm acesso aos benefícios e serviços durante e após o projeto e estão dispostos e aptos a pagar a tarifa estabelecida. Foi dada bastante atenção às questões de acessibilidade, em especial, a disposição e a capacidade de pagar (3)
 - A sustentabilidade financeira é assegurada e as fontes de rendimento para cobrir todos os custos futuros (gestão, operação, manutenção e substituição de equipamentos) são identificadas (4)
 - Um arranjo adequado para a propriedade, gestão, operação e manutenção do sistema que garanta o funcionamento sustentável das mini-redes está previsto, no pleno respeito dos regulamentos locais, nacionais e regionais (5)
 - Os especialistas treinados e os usuários finais possuem suficientes conhecimentos e capacidades para utilizar, operar e manter o sistema (3)
 - O projeto integra com sucesso a componente de gênero (3)



Os projectos propostos com uma boa avaliação que não serão financiados neste segundo concurso do EREF terão a chance de serem incluídos pelo ECREEE na lista de projetos em carteira da CEDEAO para apoiá-los no futuro.

6 Gestão do Ciclo do Projecto do EREF

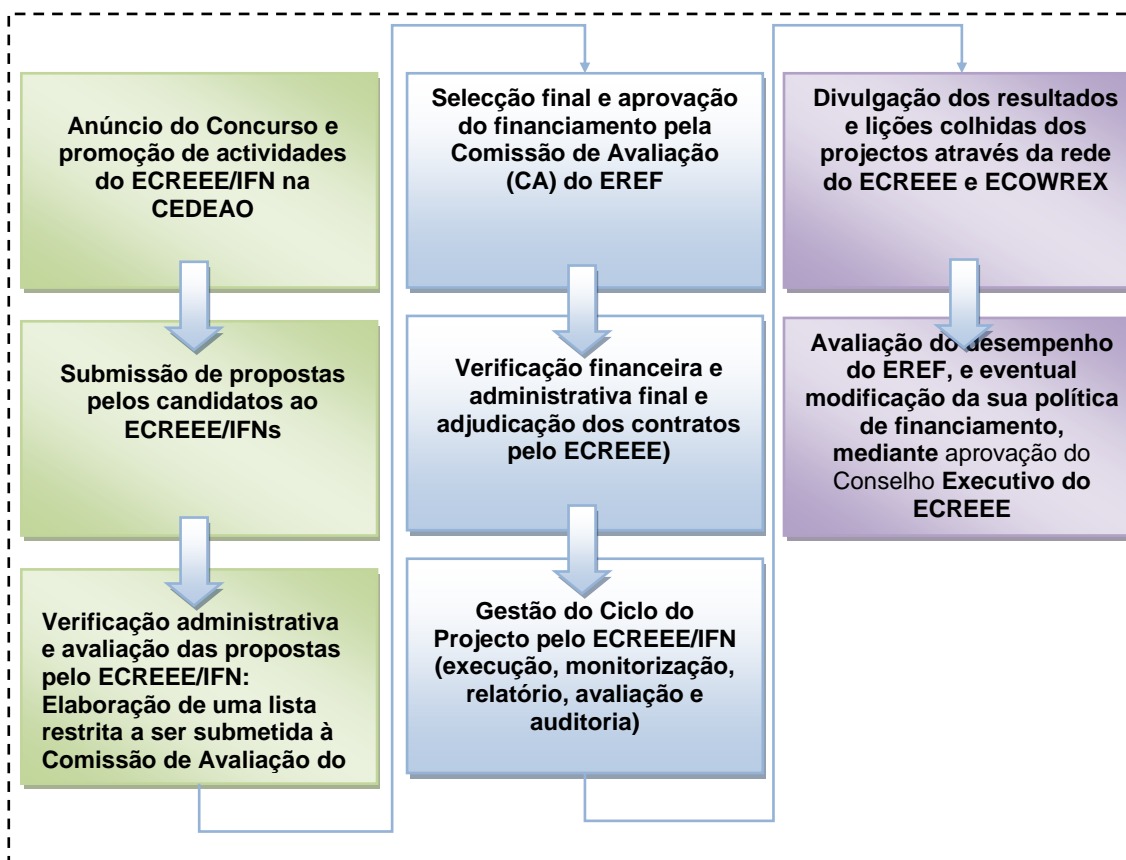
6.1 Contratante

Após a aprovação pelo Comité de Avaliação do EREF os candidatos seleccionados serão notificados e o **Contrato de Financiamento para Projectos Co-financiados pelo ECREEE** (pode ser acedido através do site) será assinado entre ECREEE e o (líder) Concorrente (o Beneficiário do Financiamento). Detalhes adicionais sobre as condições gerais podem ser encontrados no modelo de contrato.

Antes da assinatura do contrato, as seguintes informações devem ser fornecidas:

- O Beneficiário do Financiamento **deve abrir uma conta bancária separada** e comunicar os detalhes da conta ao ECREEE antes da celebração do contrato.
- O **beneficiário deve apresentar uma garantia bancária** cobrindo o montante do adiantamento, sendo válida até que o beneficiário seja capaz de justificar as despesas correspondentes ao adiantamento,
- Antes do início do projecto, o beneficiário **deve apresentar ao ECREEE toda a documentação necessária** (p. ex., contratos de parceria, cartas de co-financiamento), comprovando que o montante total do financiamento encontra-se mobilizado.

Figura 1.2 Ciclo de Gestão do Projecto EREF (máx. 36 meses)





6.2 Execução, Monitorização e Avaliação

- **A implementação do projecto deve começar imediatamente após a assinatura do contrato**, de acordo com o cronograma de actividades apresentado no documento do projecto. Se uma extensão da duração do projecto ou modificações orçamentais forem necessários, o beneficiário deverá remeter um pedido por escrito ao ECREEE, usando o "modelo para a extensão da duração do projecto e a deslocalização do orçamento" e indicando as respectivas razões. O valor aprovado para o financiamento do EREF não pode ser aumentado no decorrer da implementação do projecto.
- **ECREEE e sua equipa de projecto do EREF fará a monitorização do andamento do projecto e assegurará a gestão eficaz do ciclo do projecto referente ao financiamento disponibilizado.**
- Após a assinatura do contrato, o ECREEE efectuará um pagamento adiantado, correspondente a 25% do montante da subvenção do EREF.
- Os restantes pagamentos serão processados de acordo com o cronograma abaixo descrito:
 - Até 35% da subvenção do EREF em Maio de 2015
 - Até 30% da subvenção do EREF em Maio de 2016
 - Até 10% da subvenção do EREF após a conclusão do projeto e aprovação do relatório final pelo ECREEE em Dezembro de 2016
- Os restantes pagamentos serão processados de acordo com o cronograma de pagamentos e após a aprovação dos relatórios de acompanhamento técnicos e financeiros por escrito, a serem apresentados pelo beneficiário, levando em consideração o nível de despesas e de avanço na implementação, das despesas previstas para o próximo período e de realização do compromisso em relação ao co-financiamento de outras fontes.
- **Os relatórios de actividade e o relatório final são apresentados pelo beneficiário** de acordo com o calendário de apresentação de relatórios, constante do anexo ao contrato. O

Relatório Final deve ser apresentado no máximo até 60 dias após o término das actividades do projecto. Os pagamentos só serão efectuados após avaliação positiva dos relatórios de actividades.

- Para os relatórios escritos (em Inglês, Francês ou Português) o beneficiário pode utilizar o modelo disponibilizado pelo ECREEE (pode ser acedido através do site). Os relatórios deverão ter uma secção sobre o andamento geral do projecto e uma outra separada, descrevendo o estado de implementação financeira do projecto. A secção financeira deve incluir (como anexos) cópias de facturas / recibos, registos das horas de trabalho do pessoal e respectivos custos e um extracto bancário da conta. As cópias devem ser legíveis, nomeadamente no que se refere as datas de emissão, destinatários, referências ao projecto, montantes e moeda utilizada. Para além da versão electrónica da documentação financeira, as facturas originais devem ser enviadas pelo correio ao Secretariado do ECREEE.
- ECREEE terá o direito de fiscalizar o andamento do projecto durante todo o período contratual e reserva o direito de realizar visitas de acompanhamento a qualquer momento, mediante aviso ao beneficiário em tempo razoável. As visitas serão feitas pelo ECREEE, pelas respectivas Instituições Focais Nacionais (IFN) ou por consultores mandatados para o efeito. O beneficiário deve manter os registos e as documentações necessárias a verificação da boa utilização dos recursos, de acordo com as exigências do contrato e seus anexos.
- O ECREEE reserva o direito de solicitar uma avaliação ou auditoria externa para alguns dos projectos do EREF. Estes custos serão cobertos por um orçamento separado para auditoria e avaliação, não incluído no orçamento geral do projecto. A selecção de avaliadores e auditores está sujeita à aprovação do ECREEE. Normalmente, a avaliação ocorrerá imediatamente após a conclusão dos resultados dos projectos. A realização de Avaliações de Impacto do Projecto e de Auditorias serão comunicadas ao beneficiário com duas semanas de antecedência.
- Durante a execução do projecto, os beneficiários devem adquirir os serviços e produtos tendo presente a eficiência e a



economia de custos e de acordo com o Código de Concursos da CEDEAO / ECREEE (pode ser acedido através do site). Mais informações podem ser encontradas no modelo de contrato de subvenção do ECREEE.

- Para garantir coerência, sinergia e reconhecimento do apoio do ECREEE e consequente suporte aos projectos através do EREF, todos os documentos de projecto, tais como relatórios, publicações ou outras produtos mediáticos que possam ser distribuídos, devem ser produzidos conjuntamente com o ECREEE, seguindo os modelos de Visibilidade e Directrizes de Comunicação do Centro (podem ser acedidos através do site). A divulgação de tais materiais fica sujeita a aprovação por parte do ECREEE. No caso de projectos de demonstração, uma placa com o logotipo do ECREEE será instalado no local. Salvo razões excepcionais, ECREEE terá direito ilimitado de publicar todos os materiais e resultados do projecto através do ECOWREX.

**Prazo para a submissão de propostas:
10 de agosto de 2014, 23:00, GMT**

Questões adicionais podem ser encaminhadas por escrito para:

Secretariado do ECREEE

Achada Santo António, Edifício da Electra, 2º Andar

C.P. 288, Praia, Cabo Verde

Tel: +238 2604630, +238 2624608


E-mail: renfacility@ecreee.org

Web: www.ecreee.org


EREF é apoiado por:



Austrian
Development Cooperation



**West Africa's hub for renewable
energy and energy efficiency**



ECREEE

increasing access to modern energy services
improving energy security—through a diversification
of the energy mix
reducing the dependency on fossil fuels